

A LUSOFONIA ENQUANTO EXPERIÊNCIA ESTÉTICA

Considerações em torno da existência de um cânone lusófono

LUSOPHONY AS AN AESTHETIC EXPERIENCE

Considerations on the existence of a Lusophone canon

José Carlos Venâncio *

UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR.

INVESTIGADOR DO CENTRO DE ESTUDOS DE COMUNICAÇÃO E SOCIEDADE – UNIVERSIDADE DO MINHO

jcvencancio@sapo.pt

Resumo:

A partir de um conceito alargado de estética, coincidindo com o sentido panteísta que Georg Simmel lhe atribui, discorre-se sobre a presença portuguesa nos trópicos e sobre a constituição, no decorrer do período mercantilista, do que poderá ser considerado como o núcleo duro da lusofonia: o Nordeste brasileiro, o arquipélago de Cabo Verde e as cidades de Luanda e Benguela e respetivos *hinterlands*. Os movimentos modernistas, emergidos nestas regiões, ao relevarem as especificidades culturais de cada uma delas, acabaram por revelar a proximidade antropológica e estética entre as mesmas, transformando essa experiência histórica num importante referente na evocação e na legitimação da lusofonia. Tecem-se, de seguida, algumas considerações sobre as políticas públicas a serem implementadas para o aprofundamento da condição lusófona, assim com também se discute a existência de um cânone lusófono.

Palavras-chave: Lusofonia, estética, mestiçagem, modernismo, pós-colonialismo

* Professor Catedrático da Universidade da Beira Interior; Professor Titular Convidado da Universidade Agostinho Neto. Publicou vários trabalhos sobre Angola, Cabo Verde, Macau e Brasil. Merecem destaque os livros *Literatura e poder na África lusófona* (Lisboa: ICALP 1992), *A economia de Luanda e hinterland no século XVIII. Um estudo de Sociologia Histórica* (Lisboa: Estampa 1996), *Colonialismo, antropologia e lusofonias. Repensando a presença portuguesa nos trópicos* (Lisboa: Vega 1996), *O facto africano. Elementos para uma Sociologia de África* (Lisboa: Vega 2000) e *A dominação colonial. Protagonismos e heranças* (Lisboa: Estampa 2005).

Abstract:

On the basis of a broader concept of aesthetics coinciding with the pantheistic sense Georg Simmel ascribes it, this essay discusses the Portuguese presence in the tropics and the forming, during the mercantilist period, of what can be regarded as the core of the Lusophone world: the Brazilian Northeast, the archipelago of Cape Verde and the cities of Luanda and Benguela and their *hinterlands*. In highlighting the cultural peculiarities of each of those regions, the emergent modernist movements eventually revealed their anthropological and aesthetic closeness, thus transforming that historical experience into a significant referent to evoke and legitimize Lusophony. Thereafter, I proceed to analyse the public politics to be implemented so as to strengthen the Lusophone condition, as well as the existence of a Lusophone canon.

Keywords: Lusophony, aesthetics, *métissage*, modernism, postcolonialism



Introdução

As primeiras aproximações ao conceito de lusofonia deram-se em meados dos anos 80 do século passado. Terá sido provavelmente Fernando Cristóvão, então presidente do Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, a utilizá-lo pela primeira vez. Seguiram-se outros investigadores que, de alguma forma, se debruçavam sobre realidades decorrentes da relação colonial portuguesa. Eram investigadores de áreas como as dos Estudos Africanos (então, como agora, exageradamente centrados no estudo da África de língua portuguesa), estudiosos e críticos das chamadas literaturas africanas de língua portuguesa ou brasileira, como é, aliás, o caso de Fernando Cristóvão.

Não era, e continua a não ser, um conceito inócuo. Sendo uma decorrência da colonização e do colonialismo portugueses, a par de uma aproximação cultural e linguística que, na esmagadora maioria dos casos, não foi voluntária ou pacífica, sobrevivem, naturalmente, ressentimentos e recalamentos. Afetam estes não apenas os que foram colonizados e guardam mágoas, mas também os antigos colonizadores, mormente aqueles que, parafraseando Amílcar Cabral, não foram capazes de se libertar do espectro da superioridade e/ou dominação que experimentaram a dado

momento nas suas vidas. Se é um conceito controverso, não deixa de ser útil e, mais do que isso, de referir uma realidade que, com todas as fragilidades que lhe possam ser apontadas, traduz uma proximidade humana e cultural tecida em torno da utilização do mesmo idioma.

A evocação que dela se faz tem em conta, na esmagadora maioria das vezes, este sentido, o da herança do império colonial português. Embora seja este o sentido sobre o qual me debrucei no âmbito da conferência *Interfaces da lusofonia* e da mesa-redonda “O cânone lusófono”, por mim coordenada, será importante, para o decurso da argumentação que pretendo desenvolver ao longo do ensaio, recordar outros sentidos, nomeadamente o que estende o conceito à diáspora portuguesa e, nesse encadeamento, às diásporas brasileira, angolana, moçambicana, etc¹. É um sentido que coincide, em parte, com o conceito proposto por Fernando Cristóvão (2005), para quem a lusofonia configura três círculos: ao primeiro pertencem (e protagonizam-na) os oito Estados lusófonos, assim como pequenos territórios que conheceram a colonização ou a presença portuguesa (territórios da Índia, nomeadamente Goa, Damão e Diu), Macau, Casamansa (a sul do Senegal) e, por razão de paridade histórica ou origem comum, a Galiza. Ao segundo círculo pertencem as várias línguas locais com as quais a língua portuguesa se defronta ou dialoga nos espaços nacionais enquadrados pelos Estados lusófonos e, por fim, as instituições, os grupos sociais e as pessoas que, não pertencendo aos países ou às regiões lusófonas, mantêm com a língua portuguesa e as línguas e culturas dos oito países lusófonos “(...)um diálogo de erudição, amizade, simpatia e interesses vários” (Cristóvão, 2005: 655).

Não obstante a importância desta sistematização para um entendimento mais completo do conceito, de que se depreende uma preocupação com a política da língua portuguesa no mundo, não é, propriamente, este o sentido que pretendo explorar no presente ensaio. Cingir-me-ei, por um lado, às realidades sociológicas que enquadram e explicam o uso da língua portuguesa e, por outro, o reflexo desse mesmo uso na configuração de tais realidades. Manter-me-ei, por conseguinte, num registo sociológico, centrado no estudo e na compreensão das dinâmicas sociais e culturais que emergiram das cinzas do império.

1 Os falantes de língua portuguesa imigrados em países terceiros tendem a reunir-se e a identificar-se como lusófonos. É, por exemplo, o que acontece em Macau, conquanto o território não seja propriamente estranho à condição lusófona.

Lusofonização e mestiçagem

Os processos de lusofonização conduziram a aproximações de ordem estética. Consequentemente, é impossível pensar-se a lusofonia como referente identitário fora de um entendimento estético. Estética é, neste propósito, entendida no seu sentido amplo, num sentido próximo do “panteísmo estético” legado por Georg Simmel (cf. Frisby & Featherstone, 1997). Nestas circunstâncias, a lusofonia acaba por funcionar como um filtro na interação que os falantes de língua portuguesa, independentemente da relação que mantêm com este mesmo idioma (língua materna, língua segunda, etc.), estabelecem com o mundo exterior, com a realidade que os rodeia.

Entende-se, desta maneira, que o império colonial, enquanto *constructo* político-jurídico, nem sempre traduz, com a devida plenitude, a presença portuguesa nos trópicos, como Gilberto Freyre, aliás, pôde evidenciar ao longo da sua obra, malgrado as fragilidades da mesma (refiro-me fundamentalmente à influência salazarista) e o negativismo que sobre ela recaiu e de que ainda não se ilibou². Essa presença, sensível em três continentes por um período de, pelo menos, cinco séculos, pautou-se, por razões mais de circunstância histórica do que de uma hipotética tolerância nata dos portugueses, pela miscigenação biocultural e, no rastro desta, pela emergência de culturas e sociedades mestiças ou, como hoje sói dizer-se, híbridas. Este facto foi sobretudo significativo nos primeiros séculos da expansão, caracterizados, no dizer de Immanuel Wallerstein (1980), pela vigência da economia-mundo europeia ou atlântica, a coberto da qual se estabeleceram as colónias europeias nas Américas e, em África e na Ásia, os primeiros embriões da colonização europeia³. Dois desses embriões,

2 Cf., a este respeito, entre outros, Moisés de Lemos Martins (2006, 2014).

3 A partilha, ou melhor, a imposição, por parte dos Estados centrais europeus, da sua divisão de trabalho no espaço atlântico constituiu um dos mais significativos elos de união das sociedades e culturas nele envolvidas no espaço atlântico. A emergência desta economia-mundo ter-se-á dado no século XVI e se Portugal e Espanha, enquanto pioneiros da expansão atlântica, desempenharam no início um papel central, em meados do século XVII, ambos os Estados perdem esta posição, assumindo-se como Estados semiperiféricos. No que a Portugal diz especificamente respeito, tal posicionamento torna-se notório, sobretudo após 1640, período em que o país consolidou, à sua maneira e dimensão, o que, para alguns historiadores, vale como II Império, centrado no Atlântico Sul e tendo a exploração das potencialidades económicas oferecidas pelo Brasil como principal motivação.

no que à África diz respeito, são precisamente de iniciativa portuguesa. Refiro-me às ilhas de Cabo Verde e às cidades de Luanda e Benguela e respetivos *hinterlands*. São espaços ou regiões que, a par do Nordeste brasileiro, constituem uma configuração social⁴ que tenho entendido como o *núcleo duro da lusofonia* (Venâncio 1996b, 1998, 2005).

O Nordeste brasileiro [mais a sub-região do litoral, uma faixa de cerca de 50 km para o interior, designada por Darcy Ribeiro (1995: 276 e segs.) por área cultural crioula]⁵ começou por produzir e exportar açúcar. Luanda, Benguela e respetivos *hinterlands* exportavam mão de obra escrava e Cabo Verde, com a ajuda dos “lançados”⁶, servia, por sua vez, de entreposto comercial ao tráfico de escravos efetuado entre a costa ocidental de África e o Brasil, mormente a região do Nordeste. As três regiões, que a dada altura passaram a configurar o que se entende por áreas culturais, partilhavam, assim, entre outras, uma característica que se reveste de particular importância: a dependência do escravo. Valia este como uma das mais preciosas “mercadorias” no comércio, entretanto estabelecido, entre os três continentes. Os escravos serviam de mão de obra na agricultura, no

4 Conceito devido a Norbert Elias, que o entende como um conjunto de interdependências humanas contextualizadas no tempo (e obviamente no espaço), conquanto não fechadas em si. As interdependências podem ser de dois níveis: as que se desenrolam numa relação de face a face (que assumem, por isso, uma dimensão interativa) e as que acontecem num plano macro (a nível da ‘tribo’, da sociedade-estado, da civilização, etc...), em que a ligação se manifesta apenas através da adesão a símbolos comuns. É neste último sentido que utilizo o conceito no presente ensaio, evidenciando, nomeadamente, a proximidade antropológica e histórica entre as regiões ou áreas culturais em apreço durante a vigência do mercantilismo, em termos de história europeia, e do II Império, no que à expansão portuguesa diz respeito.

5 Segundo uma publicação da Fundação Joaquim Nabuco (1982: 23), a região comportará uma área de mais ou menos 1 640 000 km² *i.e.* aproximadamente 1/5 da área total do país, nela estando incluídos os estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Baía, para além do vértice meridional do polígono das secas no estado de Minas Gerais e do território de Fernando Noronha, habitada, na altura, por cerca de 35 milhões de habitantes.

6 Portugueses e descendentes de portugueses que, por livre iniciativa e entregues à sua própria sorte, se dedicavam, na costa ocidental africana, ao comércio de escravos e de produtos locais, num período que se estende do século XVI ao século XIX, *i.e.* durante o período mercantilista e a vigência do sobejamente referido II Império. Usufruíam geralmente das melhores relações com as chefias locais, sendo que, em contrapartida, nem sempre eram bem vistos pelas autoridades portuguesas. Cf. Jean Boulguez (1989).

artesanato e nas atividades domésticas e ainda, no que toca às mulheres, de amantes dos senhores escravocratas e seus auxiliares europeus. Esta inclinação, ou talvez melhor, procura da mulher negra por parte do homem branco contribuiu substancialmente para a emergência da mestiçagem, uma das características que, pelo menos desde Gilberto Freyre, tem sido apontada à presença portuguesa nos trópicos.

Não será apenas uma razão demográfica, neste caso a da raridade de mulheres brancas nos trópicos, que estará na base dessa procura. Terão sido também fatores de ordem erótica, conquanto falocráticos (Macedo, 2013), a determinar tais comportamentos, como, aliás, os registos históricos a respeito deixam antever (cf. Young, 1995: 150 e segs.; Venâncio, 1996a)⁷. Com o advento do colonialismo moderno e da racialização do mundo, tais ímpetus sexuais – o que é, sobretudo, válido para a África e para a Ásia – começaram a ser refreados, desencorajados e, como tal, relegados para as margens (senão para a clandestinidade) dessas sociedades. Passou, pois, a imperar, enquanto propósito ideológico, o branqueamento das mesmas.

Nas regiões que não produziam bens procurados pelos Estados centrais e que, por esta razão, passaram a ter uma existência periférica em relação à divisão de trabalho vigente na economia-mundo europeia ou capitalista, como foi o caso de Cabo Verde, o regramento acima referido foi de menor monta e, em conformidade, o racismo inerente à condição colonial moderna acabou por abater-se sobre essas sociedades de forma mais ténue. Assim é que Gabriel Mariano, escritor e jurista caboverdiano, tenha escrito, num ensaio determinante para o entendimento destas dinâmicas nos espaços de língua portuguesa, que em Cabo Verde se assistiu à “(...) instalação do mestiço em áreas ou classes de preponderância social” (1991: 71).

7 O registo em apreço está inserto num Parecer do Conde de Oeiras (mais tarde Marquês de Pombal) dirigido ao Rei D. José I (AHU, Angola, cx. 43, doc. 11 de 20.11.1760) em que dá conta da preferência dos poucos brancos residentes em Angola, em meados do século XVIII, por mulheres negras: “(...) os poucos Brancos, que existem olham para as Mulheres da Europa com estranheza, como extraordinarias, preferindo por quaze geral abuzo o consorcio das Negras.”

Da história aos enunciados modernistas

A produção açucareira no Nordeste conhece o seu primeiro revés em finais do século XVII com a concorrência do açúcar antilhano. Seguiu-se um período que registou alguma continuidade na produção, mas sem grandes inovações técnicas e organizativas. Apenas o século XIX as trouxe. Foi a substituição da chamada cana crioula pela cana caiana no início do século em referência (Andrade, 1989: 13) e a adaptação da máquina a vapor aos velhos engenhos, até aí movidos por tração animal ou energia hidráulica. A partir da década de 1871/80, estes velhos engenhos bangués são progressivamente substituídos pelos engenhos centrais e pelas usinas, num processo nem sempre pacífico. Trata-se, pois, de transformações impulsionadas pelo mercado internacional, envolvendo um duplo antagonismo: de um lado, a luta dos proprietários dos engenhos bangués contra os engenhos centrais e os usineiros; do outro, a oposição entre estes dois últimos, cabendo a vitória aos usineiros, representantes, muitos deles, de empresas francesas e inglesas (cf. Andrade, 1989: 14). O fim dos engenhos acarretou a queda do “regime de economia patriarcal” e, com essa queda, desvaneceu-se uma das heranças, provavelmente a mais significativa, da colonização portuguesa na região.

Gilberto Freyre, sociólogo e escritor, e José Lins do Rego, romancista, dois dos mais significativos representantes do regionalismo nordestino, testemunharam e descreveram essas transformações, que, levando ao desvanecimento da herança cultural portuguesa, levaram igualmente à descaracterização cultural da região.

O 1º Congresso Regionalista, acontecido em 1926, e o *Manifesto Regionalista* de Gilberto Freyre, lido no congresso e publicado apenas em 1952, são dois importantes marcos do movimento, a que se juntaram outras vezes, como seja a de Manuel Bandeira, agendado ao movimento modernista do Rio de Janeiro, que no poema “Evocação do Recife”, recorda, nostálgico, a sua infância nessa cidade, assim como a casa do avô: “Recife morto, Recife bom, Recife brasileiro/como a casa do meu avô”.

Ainda é polémico o entendimento deste movimento como parte integrante do chamado modernismo brasileiro, sobretudo porque os seus protagonistas não o entenderam como tal, *i.e.*, consideraram-no como um movimento autónomo. E, na verdade, as diferenças entre ambos os

movimentos são assinaláveis. O modernismo, emergido em São Paulo, Rio e Belo Horizonte, foi, sobretudo, um movimento urbano e cosmopolita, com forte pendor nacionalista (veja-se, por exemplo, *Macunaíma* de Mário de Andrade) e, segundo alguns (cf. Almeida 2000: 163), progressista, contrastando, também por esse lado, com o conservadorismo do regionalismo. De qualquer modo, para um melhor entendimento dos argumentos que tenho vindo a desenvolver, vale mencionar que foi este, o regionalismo nordestino, que, num sentido alargado, não deixou de ser também um movimento modernista, que influenciou os modernistas cabo-verdianos e angolanos. E tal deu-se porque os africanos descobriram, a dado momento, que os ambientes sociais descritos pelos escritores nordestinos se assemelhavam aos seus próprios ambientes. Mas nada melhor para explicar tal assunção do que transcrever as palavras de um dos nomes mais sonantes do modernismo cabo-verdiano, Baltasar Lopes:

“Há pouco mais de vinte anos, eu e um grupo reduzido de amigos começámos a pensar no nosso problema, isto é, no problema de Cabo Verde.(...) Ora aconteceu que por aquelas alturas nos caíram nas mãos (...) alguns livros que considerámos essenciais *pro domo nostra*. Na ficção, o José Lins do Rego do *Menino de engenho* e do *Banguê*, o Jorge Amado do *Jubiabá* e do *Mar morto* (...) [e] em poesia foi um ‘alumbramento’ a ‘Evocação do Recife’, de Manuel Bandeira” (Lopes 1956: 5)⁸

Cabo Verde teve um percurso histórico ligeiramente diferente do da região brasileira em apreço. O arquipélago, dadas as suas condições geoclimáticas, não foi propício à produção, com rentabilidade, de nenhum dos produtos agrícolas tropicais procurados pelos mercados europeus. Não conheceu, salvo algumas exceções verificáveis nas ilhas de Santiago e do Fogo, o regime da grande plantação ou da roça. Não partilhando diretamente da divisão de trabalho da economia-mundo europeia, como já foi referido, afastado, pelo menos até meados do século XIX – altura em que a companhia inglesa de navegação *East India* estabeleceu no Porto Grande

8 No que a Angola diz respeito, veja-se o poema de Mário António “Canto de farra”, escrito em 1952 e inserto no volume *Chingujo: Poemas angolanos* (Lisboa, 1963): “Quando li *Jubiabá!* me tornei António Balduino./ Meu primo, que nunca o leu,/Ficou Zeca Camarão./Eh, Zeca!”.

(São Vicente) o primeiro depósito de carvão – das grandes rotas comerciais, o arquipélago transformou-se num cadinho para a proliferação da mestiçagem, com o mulato por pano de fundo, como diz Gabriel Mariano.

Nem mesmo a colonização moderna, i.e., a que perfaz o que, na perspectiva cíclica do império colonial português, é designada por III Império, com início no último quartel do século XIX, alterou substancialmente a posição geoeconómica granjeada durante o II Império, cuja vigência coincidiu, *grosso modo*, com a da economia-mundo atlântica. O arquipélago conhece a partir dessa altura um surto emigratório significativo, de carácter forçado, para África, nomeadamente para as colónias portuguesas. Muitos dos que emigram acabam por desempenhar nesses destinos um papel intermediário entre colonizadores e locais, assumindo cargos administrativos e de gestão de nível médio e, nalguns casos, de nível médio-superior, quer no setor público, quer no privado. As remessas monetárias provenientes da emigração, desta e da que a partir do século XVII se dirigiu para a América, as receitas geradas pelo Porto Grande não se constituíram como fatores de rutura em relação à situação social que remontava aos primeiros séculos da colonização. E é esta realidade, eivada de pobreza e de um esforço de sobrevivência extremo, que os primeiros escritores e poetas modernistas descrevem e enaltecem. O já referido Baltasar Lopes foi coadjuvado, nesse empreendimento, entre outros, pelo poeta Jorge Barbosa e pelo romancista Manuel Lopes. A revista *Claridade*, surgida em 1936, foi o órgão do movimento.

Uma experiência diferente da cabo-verdiana, no que se refere à introdução da monocultura, foi a que Angola viveu. Datam de meados do século XIX as primeiras fazendas de café, instaladas, então, na zona do Cazengo, no *hinterland* de Luanda. Os anos subsequentes assistiram ao alastramento deste tipo de economia agrícola, em muito incentivada pelo Banco Nacional Ultramarino, fundado em 1864⁹. Mais tarde, após a implantação do regime republicano em Portugal e por iniciativa de Norton de Matos, primeiro enquanto governador-geral e depois como alto-comissário, foram muitas terras cedidas a colonos brancos para a instalação de propriedades agrícolas de monocultura. Já nesta altura foi notória a reação, pela escrita, de

9 Sobre o papel deste banco no desenvolvimento da agricultura angolana neste período, mormente junto da Companhia Agrícola do Cazengo e da Nova Companhia de Navegação do Quanza, ver Adelino Torres (1991).

africanos letrados, os chamados nativos¹⁰. Dois nomes merecem especial referência: Custódio Dias Bento de Azevedo, pelos artigos de imprensa e cartas que escreveu¹¹, e o escritor António Assis Júnior, autor de dois panfletos (*Relato dos acontecimentos de Dala Tando e Lucala*, Luanda 1917), onde esclarece que, ao defender os “indígenas” da Quiçama contra as pretensões dos proprietários brancos do Cazengo, em momento algum tivera em mente uma insurreição contra o poder colonial ou contra os europeus.

Estas duas personalidades são representantes do nativismo angolano, movimento que, por sua vez, serviu de prelúdio ao que veio a ser o movimento modernista angolano. À sociedade e à cultura dos nativistas foram os modernistas buscar as referências culturais da Angola que se propunham “descobrir”, para utilizar uma expressão inserta num poema marcante desse movimento intitulado “Vamos descobrir Angola”, da autoria de Maurício de Almeida Gomes.

Modernismos e lusofonia

Os modernismos experimentados nestas três regiões contribuíram decisivamente para a evidência e, de certa maneira, para a legitimação cultural do que hoje é a lusofonia. Ao procurarem a especificidade cultural das respetivas regiões, acabaram por revelar, mesmo que involuntariamente, a herança cultural portuguesa na formação das mesmas. Este facto justifica, aliás, como afirmado no início do ensaio, a consideração das regiões em apreço como o núcleo duro da lusofonia.

A ação modernista, que se inicia primeiramente no Brasil e que depois passa a Cabo Verde e a Angola, não contradisse os nacionalismos emergentes em Cabo Verde e em Angola e já em curso no Brasil. Pelo contrário,

10 Os africanos nesta altura encontravam-se divididos em nativos e indígenas. Enquanto os nativos, pelos seus conhecimentos e pelas suas funções profissionais, eram parte integrante da sociedade colonial ou central, os indígenas, como se depreende do próprio vocábulo, encontravam-se integrados nas sociedades periféricas ou étnicas. De referir, a este propósito, que o chamado “Estatuto do Indígenato” (oficialmente: o Estatuto dos Indígenas Portugueses das Províncias da Guiné, Angola e Moçambique), documento que formaliza definitivamente a condição de indígena, data apenas de 1954 (Decreto-lei de 20 de maio).

11 Para um maior conhecimento da atividade deste ativista nativista, cf. o livro de Eugénio Monteiro Ferreira (1989).

incentivou-os e acabou, embora por vias nem sempre coincidentes, por os determinar. Premissas e características do regionalismo nordestino, constantes mormente na obra de Gilberto Freyre, como seja a admissão da mestiçagem como meta-raça do povo brasileiro, acabaram por informar a ideia do Brasil construída pelo Estado Novo (Mesquita, 2012). No que a Cabo Verde se refere, a caboverdianidade é, em grande medida, uma herança do movimento *Claridade* e da assunção da condição de mestiço ou, ainda melhor, da de crioulo (termo que hoje tem, no arquipélago, um valor autoreferencial generalizado) como uma das referências da nacionalidade caboverdiana (Fernandes 2002; Peixeira 2003)¹².

A ideia de angolanidade está presente, mesmo que de forma implícita, nos primeiros enunciados modernistas nos finais dos anos 40 do século XX, devidos, mormente, aos escritores e poetas que integravam o Movimento dos Jovens Intelectuais de Angola, do qual faziam parte o já referido Maurício de Almeida Gomes e aquele que é tido como a figura cimeira do modernismo angolano e um dos grandes poetas de língua portuguesa, Viriato da Cruz. A afinidade ideológica e vivencial entre este movimento e o que viria a desembocar na fundação do MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola) é por demais evidente. Tanto assim é, que são intelectuais afetos ao MPLA, como é o caso de Costa Andrade, os primeiros a formularem o conceito de angolanidade, em função do qual procuraram legitimar, pela cultura, a luta de libertação em prol da independência do país. E, na verdade, dificilmente se pode entender a história do MPLA fora do contexto histórico representado pela região (ou regiões) de Luanda e Benguela e respetivos *hinterlands*, regiões que haviam sido o berço do modernismo. Sobretudo Luanda e o seu *hinterland*

12 A assunção da condição mestiça como particularidade da nação caboverdiana não deixa de levantar alguma polémica. Alguns, como é o caso de Gabriel Fernandes, veem nessa postura um desejo subentendido de branqueamento, de diluição de África, como consta do título do seu livro. Uma outra questão ainda é a que se prende com a rivalidade, muitas vezes velada, entre o Barlavento e o Sotavento, que o mesmo será dizer, entre a cidade da Praia, a capital política do país, e a capital cultural do arquipélago, a cidade do Mindelo. Enquanto nas ilhas do Sotavento prevalece uma maior identificação com a África continental, o mesmo não poderá ser afirmado em relação às ilhas do Barlavento, mormente a São Vicente e à cidade do Mindelo.

próximo (refiro-me, entre outras, às localidades de Catete, Golungo Alto e Calomboloca) desempenharam, a esse respeito, um importante papel¹³.

Outro foco do nacionalismo angolano, protagonizado, desta feita, pela UPA/FNLA (União dos Povos de Angola/Frente Nacional de Libertação de Angola) surgiu, a norte, entre os bakongo, com o reino do Kongo – ou o que dele restava – como pano de fundo. As suas motivações diferiam, nesta medida, das que estiveram na origem da formação do MPLA, estas em muito agendadas à vivência do que Franz-Wilhelm Heimer (1980), sob influência da teoria da dependência, designou por “sociedade central”, referindo-se, então, ao núcleo societal que se formou a partir do exercício do poder colonial.

A lusofonia em ambiente pós-colonial

Mais tarde, numa conjuntura pós-nacionalista e pós-colonial, ao evocar-se a lusofonia, continuam tais experiências societárias, e as interdependências e influências mútuas entretanto geradas, a referenciar, mesmo que involuntariamente, o património histórico e antropológico comum. Tal facto não implica que não subsistam entre as três regiões em apreço diferenças culturais e antropológicas significativas, que se tornam ainda mais significativas se se olhar para o conjunto dos países que integram a lusofonia. Estas diferenças reproduzem, numa escala menor, as geradas pelo sistema capitalista, pelo colonialismo e modernidade europeias a nível mundial, dividindo o mundo entre Norte e Sul, entre Ocidente e Oriente, em suma, entre países pobres e subdesenvolvidos e países ricos e desenvolvidos. O processo de globalização, assente em práticas e ideologias liberais, elevando o mercado como a principal força catalisadora no mundo, não tem, propriamente, colmatado estas diferenças. Os radicalismos religiosos, mormente os islamitas, o radicalismo político central e sul-americano, as altas taxas de desemprego e a revolta da juventude na Europa, entre outras

13 A assunção desta posição não tem propriamente a ver com a polémica em torno da autoria do 4 de Fevereiro, o dia em que nacionalistas angolanos, numa ação coordenada pelo cônego Manuel das Neves, identificado com a UPA (União dos Povos de Angola) atacaram cadeias de Luanda e alguns edifícios públicos emblemáticos do regime, como seja o da Emissora Oficial e o dos Correios. A polémica reside no facto de o MPLA reivindicar a autoria da revolta e a data significar para este partido e para o Estado angolano o início da luta armada em Angola.

muitas manifestações reativas, comprovam-no. A emergência de algumas potências, tais como a China, a Índia, a Coreia do Sul, a África do Sul e o Brasil não conseguiram, até ao momento, provar que o caminho (neo) liberal, que não deixa de patentear um certo ufanismo pela hipotética vitória sobre o então denominado sistema socialista, é o mais acertado para se atingir um maior concerto de interesses na humanidade. A lusofonia enquanto plataforma de entendimento pode, assim, desempenhar um importante papel de aproximação entre povos que usam e que, em termos identitários, se reveem, pelo menos em parte, na língua portuguesa.

Da mesma forma que o núcleo duro da lusofonia se formou a partir da *praxis* quotidiana que representou o uso da língua portuguesa e da valorização que os modernismos dela fizeram, é, sobretudo, pelo lado da cultura, da literatura, da arte, mas também das chamadas indústrias criativas, que essa aproximação se tem processado (cf. Reto, 2013; Bondoso, 2013) e deve, como tal, continuar a ser implementada. Os avanços registados têm sido, porém, fruto de protagonismos vários e a várias dimensões, na medida em que existem diferenças significativas no variado rol de atividades que cabem na designação geral de cultura. Algumas delas, como é o caso das indústrias criativas (telenovelas, arquitetura, *design*, publicidade, etc.), são facilmente dinamizadas pelo mercado, conquanto aqui também se registem discrepâncias entre os campos culturais mais estruturados e os que o não são ou são menos, que devem, por conseguinte, ser colmatadas pela regulação desse mesmo mercado ou pela intervenção de políticas públicas que, de certa maneira, as minimizem. Onde essa intervenção pública é estritamente necessária é nas atividades que não suscitam o interesse dos mercados e que são, por razões que se prendem com a autoestima dos agentes envolvidos (artistas, intelectuais, escritores, jornalistas), de primordial importância na gestação de consensos e equilíbrios. É normal que artistas e escritores de campos artísticos menos estruturados procurem reconhecimento (e mercado) junto dos mais estruturados, que, no caso específico da lusofonia, são o brasileiro e, sobretudo, por eventual herança colonial, o português. Mesmo para os campos intelectuais aparentemente mais autónomos, como é o caso do angolano¹⁴, Portugal e Brasil não dei-

14 Embora o campo artístico e literário angolano apresente fragilidades, desde cedo que a literatura e depois as demais artes fizeram parte da agenda do poder instituído após a independência do país. A União dos Escritores Angolanos foi, por exemplo, fundada

xam de constituir importantes referências para a respetiva criatividade cultural, muitas vezes à revelia do próprio discurso político. Os efeitos da não existência de políticas públicas que possibilitem (através de investimento direto ou apenas incentivando empresas e fundações a fazê-lo) essa aproximação acabam por ser desproporcionados – senão perversos – em relação às causas, por mais justificações que estas tenham, na medida em que potenciam ressentimentos e fantasmas herdados da relação colonial.

Evidentemente que escritores como Mia Couto ou Pepetela ou pintores como Malagantana são reconhecidos e apreciados quer em Portugal, quer no Brasil. Eles representam, porém, uma ínfima parte da produção cultural e artística nesses países. Há muitos outros que não têm encontrado a mesma receptividade e divulgação por parte de editores, galeristas e demais agentes de promoção cultural. Estes acabam, mesmo que inconscientemente, por perpetuar a divisão que os sistemas capitalista e colonial impuseram ao mundo.

Da lusofonia ao cânone lusófono

A *título conclusivo*, dedicarei algumas palavras à questão da existência ou não de um cânone lusófono, tal como ela foi formulada aquando da organização da mesa-redonda dedicada ao tema no âmbito do congresso *Interfaces da Lusofonia*. Se entendermos o conceito de cânone na sua perspectiva mais conservadora, ou seja, enquanto norma estabelecida pelas academias de letras, pelos organismos que tutelam a criatividade artística e cultural dos campos artísticos mais estruturados, diria que não. As diferenças que procurei evidenciar ao longo do ensaio justificam a sua não existência; seria revitalizar a relação colonial, acordar fantasmas do colonialismo. Cada um dos países que hoje integram a lusofonia, não obstante a referida proxi-

um mês após a independência, o que pode ser explicado, por um lado, pela natureza marxista do regime então implantado e, por outro, pelo reconhecido papel que a literatura, a música e as demais artes desempenharam na consciencialização política dos angolanos. Este apoio estatal não se desvaneceu com o advento do regime multipartidário. Apesar de não se poder falar de um contentamento generalizado, apoios consideráveis continuam a ser prestados para o desenvolvimento das artes em geral. São apoios que vêm do governo através do Ministério da Cultura ou, então, de empresas estruturantes como a Sonangol e a ENSA- Seguros de Angola. O Leão de Ouro com que o pavilhão de Angola e o fotógrafo Edson Chagas foram galardoados na Bienal de Veneza 2013 será, porventura, o resultado mais significativo de tal aposta na cultura.

midade cultural e estética, faz o seu próprio caminho e dessa diversidade decorre, precisamente, a riqueza da lusofonia.

Aliás, o entendimento do cânone nestes termos é problemático até dentro do mesmo espaço nacional, como John Guillory (1993) bem equacionou. E aqui vários são, na verdade, os fatores de clivagem a comprová-lo: vão da pertença de classe ao género, passando pela raça/etnia e acabando (diria eu) na periferização a que partes significativas dos territórios nacionais estão, em muitas situações, sujeitos. Por esta razão, Guillory, sob influência de Pierre Bourdieu, entende que a questão do cânone é uma questão de capital cultural e, como tal, deve ser colocada a nível da escola, da formação formal, em suma, da política educacional.

Outrossim é o sentido histórico e sociológico de cânone, dimensão que Harold Bloom, defensor do sentido normativo e formal do conceito, não deixa de aludir no seu livro dedicado ao cânone ocidental. Refiro-me à "(...) relação de um leitor e de um escritor individuais com aquilo que foi preservado de entre tudo o que foi escrito" (Bloom, 1997: 28), situação que se ajusta à intertextualidade que se verificou entre os modernistas e que hoje se repete, num sentido mais alargado, entre escritores, artistas e intelectuais do mundo lusófono.

A referência aos artistas neste contexto tem uma explicação. Ela decorre da ideia de fundo que presidiu à organização da mesa-redonda: que a problemática da existência de um cânone lusófono não se limitasse à literatura, que envolvesse, por conseguinte, outras modalidades artísticas, tais como as artes plásticas, domínio a que, pela sua especificidade, o conceito de cânone só se aplica se o mesmo for entendido num sentido alargado, histórico-sociológico, em suma, num plano de intercâmbio voluntário e difuso de experiências e de vivências estéticas.

Referências

- ALMEIDA, M. V. de (2000). *Um mar da cor da terra. Raça, cultura e política da identidade*. Lisboa: Celta Editora.
- ANDRADE, M. C. de (1989). *História das usinas de açúcar de Pernambuco*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Editora Massangana.
- ANTÓNIO, M. (1963). *Chingufu: Poemas angolanos*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar
- BLOOM, H. (1997 [1994]). *O cânone ocidental*. Lisboa: Temas & Debates.

- BONDOSO, A. (2013). *Lusofonia e CPLP. Desafios na globalização*. Viseu: Edições Esgotadas.
- BOULÈGUE, J. (1989). *Les Luso-africains de Sénégambie. XVè-XIXè siècles*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical.
- CRISTÓVÃO, F. (2005). Lusofonia. In F. Cristóvão; M. A. Amorim & M. L. G. Marques (eds.), *Dicionário Temático da Lusofonia* (pp. 652-56). Lisboa: Texto Editores.
- FERNANDES, G. (2002). *A diluição da África. Uma interpretação da saga identitária cabo-verdiana no panorama político (pós)colonial*. Florianópolis: Editora da UFSC.
- FERREIRA, E. M. (1989). *As ideias de Kimamuenho*. Luanda: União dos Escritores Angolanos.
- FREYRE, G. (1967 [1952]). *Manifesto regionalista*. Recife: Instituto Joaquim Nabuco.
- FRISBY, D. & Featherstone, M. (eds.) (1997). *Simmel on Culture. Selected Writings*, London: SAGE Publications.
- GUILLORY, J. (1993). *Cultural Capital. The problem of literary canon formation*. Chicago e Londres: The University of Chicago Press.
- CATÁLOGO (1982). *O homem do Nordeste*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Editora Massangana.
- HEIMER, F.-W. (1980). *O processo de descolonização em Angola, 1974-1976. Ensaio de sociologia política*. Lisboa: A Regra do Jogo.
- LOPES, B. (1956). *Cabo Verde visto por Gilberto Freyre* (Apontamentos lidos ao microfone da Rádio Barlavento). Praia: Imprensa Nacional.
- MACEDO, M. de L. de S. (2013). *Da diversidade do mundo ao mundo diverso da lusofonia: a reinvenção de uma comunidade geocultural na sociedade em rede*. Dissertação de Doutoramento. Braga: Universidade do Minho.
- MARIANO, G. (1991). *Cultura caboverdeana. Ensaios*. Lisboa: Editorial Vega.
- MARTINS, M. L. (2014). Língua Portuguesa, globalização e lusofonia. In N. Bastos (org.), *Língua Portuguesa e Lusofonia* (pp.15-33). São Paulo, EDUC – IP-PUC.
- MARTINS, M. L. (2006). Lusofonia e luso-tropicalismo. Equívocos e possibilidades de dois conceitos hiper-identitários. In N. Bastos (org.) *Língua Portuguesa, Reflexões Lusófonas* (pp. 49-62). São Paulo, EDUC – IP-PUC.
- MESQUITA, G.R. (2012). *O projeto regionalista de Gilberto Freyre e o Estado Novo: da crise do pacto oligárquico à modernização contemporizadora das disparidades regionais do Brasil*. Dissertação de Mestrado. Goiânia: Universidade Federal de Goiás. Disponível em pos-historia.historia.ufg. Acesso em 15/1/2014.)
- PEIXEIRA, L. M. de S. (2003). *Da mestiçagem à caboverdianidade. Registos de uma socio-cultura*. Lisboa: Colibri.

- RETO, L. (Ed.) (2012). *Potencial económico da língua portuguesa*. Alfragide: Texto Editores.
- RIBEIRO, D. (1995). *O povo brasileiro. A formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.
- TORRES, A. (1991). *O império português. Entre o real e o imaginário*. Lisboa: Escher.
- VENÂNCIO, J.C. (1998). The Region as a Reference for Artistic Creativity: The importance of regional identity for the distinctive attributes of the Lusophone literatures. *Comparative Social Research*, 17 (177-97).
- VENÂNCIO, J.C. (1996 a). *A economia de Luanda e hinterland no século XVIII. Um estudo de Sociologia Histórica*. Lisboa: Editorial Estampa.
- VENÂNCIO, J.C. (1996 b). *Colonialismo, antropologia e lusofonias. Repensando a presença portuguesa nos trópicos*. Lisboa: Vega
- WALLERSTEIN, I. (1980). *The World-System II: Mercantilism and the consolidation of the european world-economy, 1600-1750*. Nova Iorque: Academic Press.
- YOUNG, R. J. C. (2005 [1995]). *Desejo colonial. Hibridismo em teoria, cultura e raça*. São Paulo: Editora Perspectiva.